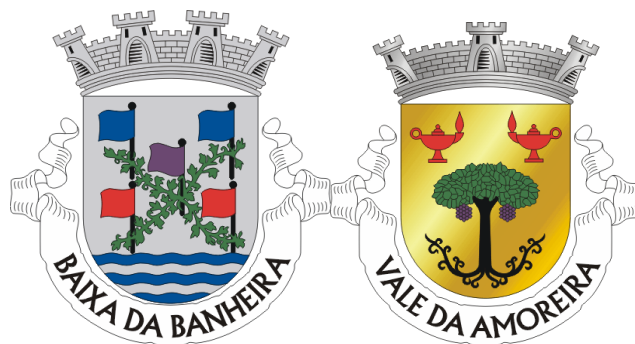




Ata da Assembleia Extraordinária de Freguesias da
União de Freguesias da Baixa da Banheira e do Vale
da Amoreira

Concelho da Moita

16 de Novembro de 2023

Ata n.º15

Ao décimo sexto dia do mês de Novembro de dois mil e vinte e três, no Salão da Junta de Freguesia do Vale da Amoreira, realizou-se uma reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, com o ponto único na Ordem de Trabalhos:

1 – Eleição de Novo Vogal para a Junta de Freguesia

Houve pedidos de substituição, nomeadamente, no PS, em que Patrícia Pires e Cíntia Guerra foram substituídas por Carlos Simões e César Marques, respetivamente.

No total, dos 19 membros eleitos, 17 estiveram presentes na reunião.

Antes de passar a palavra ao público, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Paulo Alfama, deu início à sessão, esclarecendo que a representante da Coligação MM, Cláudia Jaime, renunciou como membro da Assembleia de Freguesia e que se iria aguardar para se saber quem ficaria no seu lugar.

O Presidente da Mesa interpelou o público no sentido de aferir se haveria alguma intervenção, sendo a palavra pedida pelo senhor Armando Castro e pelo senhor Manuel Marques.

Armando Castro, em representação da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Vale da Amoreira, leu a seguinte mensagem:

“Em nome dos órgãos sociais e de todos os sócios da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Vale da Amoreira, quero manifestar o nosso repúdio pela forma como a Junta de Freguesia nos notificou para que abandonemos as instalações onde funcionamos desde alguns anos.

Este tipo de decisão é contra a mais elementar regra de relação institucional democrática.

Esta exigência da Junta de Freguesia é reveladora de uma prepotência inqualificável pois nunca fomos achadas nem ouvidos para tal situação.

Consideramos, portanto, uma grande falta de respeito à Associação, como mais grave aos seus dirigentes e associados.

Alguns dirigentes deste Associação fazem parte da história daquelas instalações nomeadamente por terem feito parte dos órgãos sociais da extinta comissão de moradores como também do Centro de Atletismo do Vale da Amoreira que tanto prestígio Desportivo trouxeram à nossa terra.

A razão induzida na pretensão não é por si suficiente para tomada posição da junta. É no mínimo má-fé e de certeza que esconde outros interesses.

se alguma instituição tem o direito de beneficiar daquelas instalações somos nós, não só porque desempenhamos um papel importante nas diversas áreas da atividade como também estamos cá desde 1982.

sendo certo que o protocolo foi renovado tacitamente pela autarquia de acordo com o último parágrafo do documento que o titula e por isso não é menos verdade que nós continuamos a estar ao serviço da cultura, do desporto, e do recreio.

Todo o equipamento que se Encontra nas instalações é nosso e não esquecer os milhares de euros que investimos nas obras realizadas.

Por outro lado, não se pode esquecer também a nossa disponibilidade e o papel que desempenhámos no apoio à população e às autarquias quando da pandemia do covid.

lamentamos mais uma vez a forma como estamos a ser tratados e achamos que não é digno da vossa parte proceder desta maneira para com o movimento associativo.

senhora presidente da junta e restantes membros do executivo tenha mais respeito por quem está gratuitamente a trabalhar para a população e voluntariamente se dedica à casa
tão nobre.

Vale da Amoreira

16 de Novembro de 2023”

O senhor Nuno Cavaco, da bancada da CDU, comentou que seria importante uma resposta por parte do Executivo, para que fosse possível iniciar a discussão do tema.

Assim sendo, a Senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias, iniciou o seu esclarecimento dizendo que o Executivo se teria deslocado duas vezes à Associação e que, desde o início do mandato, teriam tentado entrar em contacto com a mesma. Contextualiza que seria a Junta de Freguesia pagar todas as despesas relativas ao edifício e que, a última vez que se deslocaram à Associação, teria sido na tentativa de perceber o valor de uma conta de eletricidade, que seria de 1250€. Foram acompanhados por operacionais da Câmara Municipal, com o intuito de verificar se haveria alguma inconformidade, não estivesse alguém a utilizar a eletricidade de maneira indevida. Confessa que nunca se chegou a perceber a razão desse valor significativo. Diz que tentar arranjar uma solução para o edifício não seria um assunto novo, tendo sido enviado um ofício para uma reunião com duas associações, para tentar potencializar o espaço. Informa que muitas associações pedem ajuda para encontrar um espaço onde possam realizar a sua atividade e que haveria espaços que poderiam ser utilizados por mais de uma associação. No entanto, tal reunião nunca teria acontecido, por indisponibilidade da Associação. Acrescenta que, quando o Executivo tomou posse, foi informado que a Associação estaria sem atividade faziam mais ou menos 2 anos, com a pandemia pelo meio, e, até ao momento, não teriam recebido nenhum plano de atividades nem orçamento. Desde que foi enviado o ofício, afirma não ter havido nenhum esforço por parte da Associação para haver qualquer esclarecimento, além de já se terem recebido algumas queixas relacionadas a ruído feito naquele espaço. Finaliza, dizendo que o Executivo está aberto a qualquer tipo de negociações com a Associação.

O senhor Armando confirma que teriam recebido um ofício da Junta de Freguesia para uma reunião às 17h30 e diz ter informado que, nesse horário, nenhum diretor estaria disponível para reunir, pelo que teria sido solicitado que marcassem outro dia, a partir das 20h30. Sobre o ruído, informa que existiria um protocolo com os sócios para a cedência das instalações, para pequenas festas, como qualquer associação pode fazer e diz que a Senhora Presidente mente quando diz que não haveria atividade há anos, sendo que teriam tido a porta aberta para apoiar a autarquia e a população durante a pandemia.

Tem a palavra o senhor Manuel Marques, que confirma que foi ele quem recebeu a Senhora Presidente quando a mesma se deslocou à Associação. Afirma que os membros da associação estariam a cumprido com o protocolo, tendo, inclusive, recuperado as paredes, pintando-as, feito a substituição de lâmpadas, entre outras pequenas obras e renovação de equipamentos. Informa que a Associação teria enviado um pedido para uma

nova reunião, por fax, e relembra o ofício viola o acordado no protocolo, pois o mesmo afirma que, tudo o que não fosse rescindido atempadamente, seria tacitamente renovável. Finaliza, comunicando que a Associação só entregaria a chave por decisão do tribunal.

O senhor Nuno critica o desconhecimento da Junta de Freguesia sobre o papel da Associação, que afirma ser fundamental para o Vale da Amoreira. Transmite o sentimento de injustiça no que concerne à gestão retirada/substituição dos espaços das associações por outras, sem qualquer consideração pelo trabalho realizado por elas, afirmando que o mesmo estaria a acontecer com a Associação Cabo-Verdiana. Relativamente à Associação em discussão, teria sim atividade, funcionando quase como um centro de dia, onde as pessoas mais velhas passariam as suas tardes. Considerando que o protocolo foi votado em Assembleia de Freguesia, explica que qualquer decisão relativa ao mesmo deveria ir à Assembleia, para ser discutido e votado. Conclui, questionando o Executivo sobre qual seria o objetivo concreto do despejo, alertando o Executivo que o encerramento das instalações será prejudicial para a comunidade. Por fim, questiona a Mesa sobre os requerimentos apresentados à Junta de Freguesia, relativos às intervenções no parque escolar e aos apoios concedidos às coletividades, cujo prazo de resposta já teria sido ultrapassado.

O Presidente de Mesa afirma que, relativamente à questão da Associação, o Executivo já teria respondido ao afirmar que estaria disposto a reunir com a mesma. No que concerne ao requerimento, no dia anterior teria sido enviada a documentação para os membros da Assembleia e julga que seria pertinente um debate na próxima assembleia ordinária.

O senhor Nuno avisa que o requerimento tem um prazo de resposta de 30 dias, que não foi respeitado.

O Presidente da Mesa comunica que recebeu um pedido de prorrogação do prazo, que foi aceite, e que, no final da reunião, seria comunicada toda a informação.

O senhor Nuno rebate, dizendo que deveria ter sido previamente informado sobre a prorrogação.

Em seguida, o senhor Abílio Marcos informa que foi um dos membros do Executivo que se deslocou à Associação e recebido pelo senhor Manuel. Conta que foi o senhor que falou das dificuldades da Associação, não só da pouca atividade, como do envelhecimento dos seus membros. Afirma que nunca disse que a Associação tinha de deixar de existir e

relembra que houve muitas associações que, em determinadas fases da sua existência, tiveram de sair dos seus espaços, mas que a ideia, naquele edifício, seria coabitar com outra associação.

A Senhora Presidente da Junta esclarece que a Associação Cabo-Verdiana iria apenas mudar de instalações e que a Câmara Municipal estaria a requalificar um espaço para a mesma continuar a desempenhar o seu trabalho. Sobre o protocolo e a sua interpretação, passa a citar: “O presente protocolo vigora a partir da Data da ratificação pelas assembleias, pelas assembleias de associação e da autarquia, e mantém-se até ao final do mandato autárquico, salve-se uma das partes denunciar o mesmo por motivos relacionados com a sua atividade ou com a alteração dos pressupostos que levaram à assinatura do mesmo.” Assim, conclui que todas as justificações que o Executivo apresentou seriam plausíveis. Em relação ao requerimento, teria sido enviado o pedido de alargamento do prazo e, no dia anterior, teria sido enviada a justificação do atraso ao Presidente da Mesa, pois existiram constrangimentos técnicos.

O senhor Jorge Silva reafirmar que o protocolo com a Associação teria sido assinado e debatido na Assembleia de Freguesia e, por isso, qualquer assunto relativo ao mesmo deveria ser discutido da mesma maneira.

O senhor Nuno diz que não se conhece as associações com apenas uma visita e afirma ter conhecimento de associações que nunca receberam apoio logístico e financeiro durante dois anos. Questiona se o objetivo seria “acabar com o Movimento Associativo do Vale da Amoreira”, por este tipo de “ações de despejo”. Chama a atenção para as associações que o Executivo fará coabitarem no mesmo espaço, para que se evitem problemas futuros.

De seguida, o Senhor Tesoureiro do Executivo, Luís Cerqueira, informa que, logo no início do mandato, foi uma das pessoas que se deslocou à Associação e que se teria alertado imediatamente a mesma para a importância do Plano de Atividades, na medida em que o Movimento Associativo na União de Freguesias é extenso e, portanto, necessita de regras para a atribuição dos apoios. No que diz respeito à manutenção do edifício, afirma que a Associação fez o que lhe competia, de acordo com o protocolo, mas que é imprescindível que seja comunicado o Plano de Atividades por escrito, porque é necessário fazer prova do mesmo. Quanto à fatura, não se tratava do acumular de faturas antigas, o que causou alguma estranheza, considerando que a Associação, supostamente,

não teria atividade. Reforça que a mesma nunca se teria mostrado disponível para arranjar uma solução junto do Executivo da Junta de Freguesia.

O senhor Abílio usa da palavra apenas para dizer que conhecia bem a história da Associação.

O senhor Jorge afirma que o espaço das associações seria cedido, logo, nunca se poderia tratar de um despejo e questiona onde será possível arranjar outro espaço, com dignidade, para que a Associação mantenha a sua atividade.

Findada a discussão, o Presidente da Mesa passa a palavra ao senhor Miguel Jorge, do PS, que questiona se a discussão da recomendação poderia ser trazida pela bancada da CDU, considerando que a reunião se tratava de uma Assembleia Extraordinária, logo, à partida, tal não seria possível.

O Presidente de Mesa confirma, mas informa que, se ninguém estivesse contra, não haveria problema.

Inicia-se, então, uma discussão sobre a aceitação ou não da recomendação, a qual o Presidente da Mesa decide não aceitar, por existir oposição por parte do PS.

Posto isto, deu-se início à Ordem de Trabalhos, com o ponto único, Eleição de Novo Vogal para a Junta de Freguesia, apresentado pela Senhora Presidente da Junta. Explica que houve uma renúncia de mandato pelo vogal do Executivo, Abílio Marcos, e que seria necessária a eleição de um novo vogal, sendo Rodrigo Nascimento o candidato proposto.

O senhor Abílio afirma que o pedido de renúncia de mandato se deve essencialmente a motivações pessoais, devidamente explicadas ao Executivo.

O senhor Nuno aproveita para deixar um cumprimento ao senhor Abílio, lembrando que “seriam adversários políticos, não seriam inimigos”. Diz avaliar negativamente o seu trabalho, mas deseja-lhe as maiores felicidades. Chama a atenção para o facto de se terem registado muitas mudanças no Executivo e de isso não ter contribuído para estabilidade essencial e o trabalho de proximidade que seria necessário.

Em seguida, o senhor Miguel usa da palavra. Começa por fazer um agradecimento ao senhor Abílio, pelo grande trabalho que fez enquanto vogal do Associativismo. Reconhece que nem todas as associações poderão estar satisfeitas com o trabalho feito, mas que é sempre feito o melhor que se consegue, o que, acredita, se aplica ao vogal em

questão. Contraria a oposição, afirmando que existiria trabalho feito e que se recorda de elogiarem os relatórios de atividades, mesmo que tais documentos só transmitam uma percentagem daquilo que seria realmente feito. Discorda sobre o que foi dito em relação às mudanças criarem instabilidade, sendo que o Executivo teria vindo a fazer um grande trabalho feito em prol da comunidade e em reorganizar o necessário por ter sido preciso fazer muita coisa que nunca se teria feito antes.

A Senhora Presidente da Junta pede para finalizar, agradecendo o trabalho prestado pelo senhor Abílio, e lamentando a sua saída do Executivo e comunica que a própria ficaria responsável pelo Movimento Associativo.

Passando à votação do ponto único, o mesmo foi aprovado com 7 votos a favor e 10 abstenções.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo 22 horas e 30 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a mesma, tendo a primeira secretária lavrado a Ata em minuta, que foi lida e aprovada com unanimidade.

E eu, Mariana Sofia Marques Pinote, 1.^a Secretária da Mesa, a redigi e vou assinar, conjuntamente com o Presidente, Doutor Paulo Alfama.

Presidente:

Paulo Alfredo Alfama Santos

1.^aSecretária:

Mariana Sofia Marques Pinote
